

Governo anuncia pacote para baratear combustíveis

No bolso. Jair Bolsonaro anuncia medidas para reduzir os preços dos combustíveis, junto com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, e os ministros Ciro Nogueira e Paulo Guedes

MANOEL VENTURA,
FERNANDA TRISOTTO,
ALICE CRAVO E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

INFLAÇÃO E ELEIÇÃO**ZERA IMPOSTO E FURA TETO****Bolsonaro quer até R\$ 50 bi para compensar ICMS zerado em diesel**

Em uma tentativa de aliviar a inflação a quatro meses da eleição e em situação desfavorável nas pesquisas, o presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para tentar reduzir os impostos sobre os combustíveis. A medida valerá até o fim do ano. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a proposta custará entre R\$ 25 bilhões e R\$ 50 bilhões, sem especificar o número. Este valor, contudo, não seguirá as regras do Orçamento: ficará fora do teto (regra que limita o aumento do gasto público à inflação do ano anterior) e fora da meta fiscal. O ministro chegou a dizer que poderiam ser usados os recursos da privatização da Eletrobras para este fim. Integrantes do governo trabalhavam, na noite de ontem, com o valor de R\$ 40 bilhões para reduções dos impostos. As medidas, apresentadas em evento no Palácio do Planalto, incluem zerar os impostos federais (PIS/Cofins e Cide) sobre a gasolina e o etanol, uma novidade em relação ao que vinha sendo discutido até agora. Em sinal de pressão sobre os governadores, Bolsonaro avisou, porém, que isso só

será feito caso haja uma redução dos tributos estaduais. Com essa PEC, o governo abre mão, pelo menos por enquanto, do decreto de calamidade, que chegou a ser ventilado.

NOVIDADE NA GASOLINA

O objetivo do governo também é compensar parte da perda de arrecadação dos estados com a redução do ICMS (tributo estadual) sobre o diesel, o gás de cozinha e o transporte público. A ideia do Executivo é zerar o ICMS sobre esses produtos até dezembro deste ano. Somente no diesel, isso pode significar um impacto no preço do litro entre R\$ 0,5091 no Mato Grosso do

Sul e R\$ 1,006 no Acre. Em São Paulo ficaria em R\$ 0,6618, em Minas Gerais, em R\$ 0,7158, e no Rio, em R\$ 0,5951. Isso contudo, não significa que esses cortes chegarão na mesma proporção aos postos de combustíveis.

A PEC permite compensar parte da perda de arrecadação dos estados com a redução do ICMS sobre os combustíveis. Isso seria feito em duas etapas. Primeiro, o Executivo trabalha para que seja aprovado o projeto em discussão no Senado, já votado na Câmara, que limita a 17% a alíquota do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações. A intenção do governo, por

meio da PEC, é permitir que o imposto cobrado apenas sobre o óleo diesel e sobre o transporte público seja zerado até o fim do ano. Para isso, parte da redução desse imposto seria compensada, reduzindo as perdas dos estados. A compensação, no entanto, seria feita sobre uma alíquota de 17%, não importando quanto o estado cobrasse anteriormente. É preciso uma PEC para gastar fora das regras fiscais. O texto, porém, ainda não foi apresentado pelo governo, e ontem não foi citado nenhum prazo para isso.

Guedes afirmou que o governo não vai se desviar das

metas fiscais, mas não entrou em detalhes. Na saída do evento, perguntado por jornalistas sobre o valor da medida, ele não quis cravar um número. Inicialmente, disse que seria um valor inferior a R\$ 50 bilhões. Depois exemplificou:

— Suponha que venha uma outorga da Eletrobras, de R\$ 25 bilhões. Não estava no nosso Orçamento — disse o ministro, que, perguntado novamente sobre o valor, se ficaria no intervalo de R\$ 25 bilhões e R\$ 50 bilhões, respondeu: — Certamente.

Bolsonaro também anunciou que irá zerar o PIS/Cofins da gasolina, hoje próximo a R\$ 0,60 por litro. Isso é

uma novidade. Guedes sempre foi contra esse subsídio.

— No caso da gasolina e etanol, o governo pretende zerar os tributos federais, PIS, Cofins e Cide, caso os estados toquem manter a alíquota do ICMS em 17% — disse Bolsonaro.

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), participaram do evento. Pacheco afirmou que será necessário debater o assunto, indicando que a PEC não terá tramitação fácil:

— Dentro do diálogo, que é muito amplo no Senado Federal, (vamos) buscar então ter o consenso para que se possam convergir os interesses e as percepções do Senado, da Câmara dos Deputados, do poder Executivo, ouvindo também os estados da federação.

OUTRAS MEDIDAS

O governo federal já zerou os impostos federais sobre o diesel e o gás de cozinha, a um custo de cerca de R\$ 20 bilhões. Isso, no entanto, não resolveu o problema do preço desses produtos.

Pressionada pela ala política do governo, a equipe de Guedes reservou inicialmente R\$ 22 bilhões para bancar um "subsídio" ao diesel e reduzir o preço do produto nas bombas até o fim do ano. Considerado baixo, esse valor subiu para R\$ 50 bilhões nas últimas conversas.

De acordo com fontes do governo, é possível usar esse dinheiro tendo como fonte os dividendos da Petrobras pagos à União. A petroleira deve pagar este ano pelo menos R\$ 24,6 bilhões em dividendos ao Tesouro Nacional. Também devem entrar nessa conta receitas com royalties de petróleo, além da privatização da Eletrobras.

Enquanto isso, o governo vai segurando os reajustes da Petrobras. A indicação de Caio Paes de Andrade para substituir José Mauro Coelho, demitido com cerca de um mês no cargo, é uma forma de segurar os preços dos combustíveis por um período. No governo, o discurso é que não adianta dar subsídio para o diesel se a Petrobras fizer outro reajuste.

Os estados, em uma primeira manifestação, sob condição de anonimato, criticaram a medida por compensar apenas parte do corte do ICMS do diesel. Eles se reunirão hoje à tarde com Pacheco para debater o tema.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 13